

D1 – DANIFICADO PARA CONCERTO
D2 – DANIFICADO PARA BAIXA
D3 – DANIFICADO PARA ALIENAÇÃO

IV – Atribuir valor real para o bem e utilizar a seguintes critérios:

a) O valor atribuído não pode ser maior que o valor de reavaliação do relatório;
b) Bens adquiridos e doados desde a constituição do Instituto até a presente data, subtraindo os percentuais a título de depreciação, conforme o caso, do valor da reavaliação do relatório.

V – Encaminhar a Gerente de Administração, Finanças e Assistência os relatórios concluídos para atualização no Sistema Patrimonial;

VI – Montar o processo de Inventário Físico e Financeiro executado, de todos os Setores do SERV SAÚDE;

VII – Encaminhar o processo via memorando para a Gerência de Administração, Finanças e Assistência e ao Setor de Contabilidade para anexar ao Balanço Patrimonial do ano em exercício.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 13/11/2006 e revogando as disposições em contrário.

Rondonópolis(MT), 16 de novembro de 2006.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS
Diretor Executivo do SERV SAÚDE

Registrada neste Instituto, publicada no Diário Oficial do Município na data supra e afixada no lugar público de costume.

Instrução Normativa

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS, Diretor Executivo do SERV SAÚDE - Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis/MT, no uso de suas atribuições legais e especiais as que lhe são conferidas pela Lei, nº 4.616, de 25 de Agosto de 2005...

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a inclusão de companheiro(a) por parte dos servidores, que convivem sob a égide da União Estável na qualidade de dependentes junto a este Instituto;

CONSIDERANDO o que determina o Código Civil em seu artigo 1.723 e seguintes e na Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, que regulamentam as normas para reconhecimento da União Estável;

CONSIDERANDO que a União Estável não será reconhecida para fins de inclusão de companheiro(a) caso ocorra os impedimentos capitulados no artigo 1.521 e seus incisos do Código Civil;

RESOLVE:

Artigo 1º - Normatizar o direito do(a) servidor(a) para a inclusão de companheiro(a) na qualidade de dependente junto ao Serv Saúde, com a apresentação dos seguintes documentos:

Declaração assinada pelo(a) servidor(a) e o(a) companheiro(a), com reconhecimento de firma, testemunhada por 03 (três) pessoas que não sejam parentes, reconhecendo a união estável entre ambos, configurada na convivência pública e notória, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Parágrafo 1º - Devendo ainda, juntar nos autos de requerimento de inclusão, dentre outros documentos, pelo menos 02 (dois) dos seguintes documentos abaixo relacionados, original ou cópia devidamente autenticada:

- certidão de nascimento de filho(s) havido(s) em comum;
- certidão de casamento religioso;
- declaração de imposto de renda do servidor onde declara o seu companheiro(a) como dependente;
- disposições testamentárias;
- declaração especial feita perante tabelião;
- contrato escrito da união estável entabulado entre servidor e companheiro(a) devidamente registrado em cartório;
- conta bancária conjunta;
- autorização em cadastro de loja comercial;
- prova de encargos domésticos evidentes de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- procuração ou fiança reciprocamente outorgada;

ADO (A) NO DIÁRIO OFICIAL

- k) anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;
- l) apólice de seguro de qual conste o servidor como instituidor do seguro e o(a) companheiro(a) como beneficiário(a) ou vice versa;
- m) contrato/plano funeral, de qual conste o servidor como instituidor do seguro e o(a) companheiro(a) como beneficiário(a) ou vice versa.

Artigo 2º - Ao Instituto cabe o direito/dever, se julgar necessário, a realização de avaliação dos meios probantes supra citados, inclusive com visita *in loco* por Assistente Social ao domicílio do(a) servidor(a);

Artigo 3º - O Instituto deverá realizar em 12 (doze) meses após a promulgação desta Instrução Normativa, a revisão de todos os casos de união estável dos servidores segurados que estão sob referido regime jurídico;

Parágrafo Único - Aqueles servidores segurados junto a este Instituto, que não se encontrem dentro das normas aqui estabelecidas, serão suspensos do plano de saúde até a sua regularização;

Artigo 4º - Na ocorrência de fraude nas informações e documentação juntada pelo(a) servidor(a), o(a) mesmo(a), além do ressarcimento a este Instituto de todos os gastos despendidos, poderá responder administrativa, civil e criminalmente;

Artigo 5º - Fica expressamente vedado, para os efeitos desta instrução, os casos em que se configura concubinato espúrio.

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis(MT), 01 de dezembro de 2006.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS
Diretor Executivo do SERV SAÚDE

Registrada neste Instituto, publicada no Diário Oficial do Município na data supra e afixada no lugar público de costume.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS
Gerente de Administração, Finanças e Assistência

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 14 NOVEMBRO DE 2006.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS, Diretor Executivo do SERV SAÚDE - Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis/MT, no uso de suas atribuições legais e especiais as que lhe são conferidas pela Lei, nº 4.616, de 25 de Agosto de 2005...

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o custeio dos deslocamentos dos servidores desta Autarquia que, no desempenho de suas funções, se locomovem até outros municípios ou Estados da Federação;

CONSIDERANDO que a Administração Direta não dispõe de normas ou regulamentos para a matéria;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal de nº 22.846 de 06 de março de 1998, que dispõe sobre a autorização para instituir o regime de concessão de empréstimo para o custeio dos deslocamentos, mas tão somente o custeio das despesas de alimentação, hospedagem e transporte local,

RESOLVE:

Artigo 1º - Normatizar o regime de concessão de adiantamento prévio para os servidores do SERV SAÚDE - Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis/MT.;

Artigo 2º - Ao servidor desta Autarquia que deslocar temporariamente da base do território do município de Rondonópolis, a serviço desta, será concedido adiantamento de viagem para custear as despesas com passagem rodoviária, aérea ou combustível e manutenção de veículo, quando o servidor deslocar em veículo próprio;

Parágrafo Único - A despesa com manutenção de veículo prevista no caput, deve ser comunicada previamente pelo ordenador de despesas e deverá ser comprovada mediante nota fiscal do serviço realizado, compatível com o itinerário e os possíveis problemas que, por ventura venha ocorrer no deslocamento, para que o servidor possa ser indenizado;

Artigo 3º - O adiantamento será concedido mediante levantamento prévio do valor da passagem ou valor do combustível necessário para a ida e regresso ao Município;

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 14/11/2006, com a revogação das disposições em contrário.

Rondonópolis(MT), 14 de novembro de 2006.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS
Diretor Executivo do SERV SAÚDE

Registrada neste Instituto, publicada no Diário Oficial do Município na data supra e afixada no lugar público de costume.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS
Gerente de Administração, Finanças e Assistência



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VII - Nº 1393 - Quarta-feira, 22 de Novembro de 2006

Poder Executivo

Decreto

DECRETO Nº 4.439, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006.

Institui o "Programa Consciência Fiscal" para ser efetivado na jurisdição do Município de Rondonópolis-MT, em conformidade com o disposto na Lei nº 4.838 de 01/06/2006 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o objetivo de dar sustentabilidade à Gestão das Políticas Públicas, garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade de financiamento do Município;

Considerando o compromisso de recuperar a capacidade do Estado de ser o indutor do desenvolvimento social e econômico, através de um modelo participativo de gestão com foco no cidadão e na valorização do serviço público, na reestruturação tributária, no equilíbrio fiscal e na transparência da gestão pública;

Considerando a necessidade da participação ativa dos cidadãos, por conta própria ou por intermédio de organizações representativas, nas ações do Governo;

Considerando a transparência na gestão da administração pública e a fazer com que as contas públicas sejam administradas por gestores públicos que pensem pela prestação de contas, divulgando os meios e resultados alcançados e a prol da sociedade Mato-grossense;

Considerando a necessidade de criação do controle social sobre a gestão pública...

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Consciência Fiscal, a ser implementado no município de Rondonópolis-MT em conformidade com a Lei nº 4.838 de 01/06/2006, envolvendo as organizações públicas e da sociedade civil, com o objetivo de fortalecer a consciência fiscal da sociedade, para o pleno exercício da cidadania, de modo a promover uma relação harmoniosa entre o Estado e o Cidadão.

Art. 2º O Programa Consciência Fiscal será composto pelos seguintes órgãos:

- Secretaria Municipal de Receita;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Planejamento, Coordenação e Controladoria Geral;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 3º Fica criado o *Comitê Gestor Intersetorial do Programa Consciência Fiscal*, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Receita, com a incumbência de efetivar a sistemática de acompanhamento e avaliação do Programa Consciência Fiscal no âmbito do Município de Rondonópolis – MT.

Art. 4º O Comitê Gestor Intersetorial do Programa Consciência Fiscal será composto pela Secretaria Executiva Intersetorial e por um Grupo Executivo de

Trabalho, congregando os responsáveis pelos projetos dos órgãos que compõe o Programa Consciência Fiscal, que deverão atuar de forma sistêmica, focalizada, integrada e articulada.

Art. 5º Especificamente o Programa Consciência Fiscal deverá:

- Levar conhecimento à sociedade sobre a administração pública e incentivá-la ao controle social do gasto público;
- Incentivar a participação da sociedade no processo de planejamento das ações de governo, conscientizando-a do seu papel em relação ao Estado;
- Sensibilizar os servidores quanto aos princípios básicos da administração pública e sua relação na melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- Inserir a educação fiscal, de forma transversal no planejamento da escola, criando condições para uma educação permanente do corpo discente, docente e da comunidade escolar, em relação à cidadania;
- Sensibilizar e mobilizar a administração pública do município para a melhoria da gestão e da qualidade do serviço público.

Art. 6º O Programa Consciência Fiscal contém os seguintes projetos:

- Gestão do Programa Consciência Fiscal;
- Fortalecimento da Consciência Fiscal na Educação;
- Fortalecimento da Consciência Fiscal junto aos servidores públicos;
- Fortalecimento da Consciência Fiscal na sociedade civil organizada;

Art. 7º Ficam todos os órgãos responsáveis pelo Programa autorizados a priorizarem as ações dos projetos contidos no Art. 6º, fazendo a sua inclusão no PPA, LDO e LRF.

Art. 8º Ficam autorizada a colaboração do Termo de Cooperação Técnica com instituições públicas e privadas, entidades da sociedade civil, universidades públicas e privadas com o objetivo de implantação e disseminação do Programa Consciência Fiscal.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 13 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 às 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna
		R\$ 1,20

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ **Adilton Domingos Sachetti**
Vice-Prefeito _____ **Manoel Machado**
Secretaria Municipal de Assistência Social _____ **Rosemari Linde Sachetti**
Secretaria Municipal de Administração _____ **Gastão de Matos**
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária _____ **Adão Hipólito G. da Silva**
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico _____ **Elio Rásia**
Secretaria Municipal de Educação _____ **Javert de Melo Vieira**
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ **Renato Marcelino D. de Souza**
Secretaria Municipal de Finanças _____ **Clóvis Gonçalves Vicentini**
Secretaria Municipal de Governo _____ **Adilton das Neves**
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ **Juarez Orsolin**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ **Eugênia Lemos Barros Bárbara**
Secretaria Municipal de Planejamento _____ **Nicolau Zaiden Neto**
Secretaria Municipal de Receita _____ **Edenício Avelino Santos**
Secretaria Municipal de Saúde _____ **Fábio Roberto Ribeiro Cardozo**
Secretaria Municipal Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano _____ **Alexandre de Azevedo Torres**
Procuradoria Geral do Município _____ **Adilão Pinto da Silva**
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ **Milton Luiz Araújo**
Diário Oficial do Município _____ **Luiz Antonio da Silveira Abreu**
IMPRO _____ **Josemar Ramiro de Silva**
SANEAR _____ **Marcos Antonio Ribeiro dos Reis**
ServSaúde _____ **Reginaldode SouzaSantos**

DECRETO Nº 4.443, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre alterar o art. 2º do Decreto nº 4.045, de 10/06/2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 4.045, de 10/06/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O valor total das áreas a serem desapropriadas é de R\$ 392.500,00 (Trezentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), conforme Laudos de Avaliação nºs 473/2006, 474/2006, 475/2006, 476/2006, 477/2006, 478/2006, 479/2006, 480/2006, 481/2006, 482/2006, 483/2006, 484/2006, 485/2006, 486/2006, 487/2006, 488/2006, 489/2006, 490/2006, 491/2006, 492/2006, 493/2006, 494/2006, 495/2006, 496/2006, 497/2006, 498/2006, efetuados pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Portaria

PORTARIA Nº 8.611, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006.

Constitui Comissão para Instauração de SINDICÂNCIA e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Constituir COMISSÃO para instauração de SINDICÂNCIA composta pelos seguintes servidores, para sob a Presidência do primeiro, apurar responsabilidades sobre as denúncias contidas no Memorando nº 604/2006/DRH/ADM:

Presidente – Ednaldo de Carvalho de Aguiar
Membro – Maria de Fátima Resende
Membro – Luzia Rodrigues de Oliveira

Art. 2º A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 14 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.612, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre exonerar a Sra. KÁTIA CILENE SANTOS DA SILVA FEITOSA do cargo em comissão de Agente Comunitária de Saúde do Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. KÁTIA CILENE SANTOS DA SILVA FEITOSA do cargo em comissão de Agente Comunitária de Saúde do Programa de Saúde da Família – PSF, nomeada através da Portaria nº 4.808, de 14 de março de 2001 / Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2006.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 14 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.613, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre a TRANSFERÊNCIA do Sr. JOSÉ FERREIRA DE MORAIS da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º TRANSFERIR o Sr. JOSÉ FERREIRA DE MORAIS, matrícula nº 86240 da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 13/11/2006.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 16 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.614, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre exonerar o Sr. CLOCY CAMPOS PIRES do cargo em comissão de Chefe de Setor de Transporte, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. CLOCY CAMPOS PIRES do cargo em comissão de Chefe de Setor de Transporte, nomeado através da Portaria nº 6.108, de 08 de maio de 2003 / Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.615, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre exonerar a Sra. NEULY PEREIRA PAIVA BOROTTA da função em confiança de Chefe de Setor de Captação e Intermediação Social, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. NEULY PEREIRA PAIVA BOROTTA da função em confiança de Chefe de Setor de Captação e Intermediação Social, nomeada através da Portaria nº 4.822, de 23 de março de 2001 / Secretaria Municipal de Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/11/2006.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.616, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre nomear a Sra. NEULY PEREIRA PAIVA BOROTTA para ocupar o cargo em comissão de Gerente de Núcleo de Programas e Projetos de Geração de Emprego e Renda, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. NEULY PEREIRA PAIVA BOROTTA para ocupar o cargo em comissão de Gerente de Núcleo de Programas e Projetos de Geração de Emprego e Renda, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de novembro de 2006; 91º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 18 - DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006.

DENOMINAÇÃO: DESIGNA POR ATO A COMISSÃO ESPECIAL DE INVENTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

REGINALDO DE SOUZA SANTOS, Diretor Executivo do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis – SERV SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.616, de 25/08/2005 e de acordo com o artigo 51 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993...

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os Servidores abaixo relacionados, para comporem Por Ato a Comissão Especial de Inventário, para executarem o levantamento físico e financeiro dos Materiais Permanentes (bens móveis e imóveis) deste Instituto pelo período de 01 (um) mês:

Artigo 2º - A Comissão de Licitação terá a seguinte composição:

PRESIDENTE: LAURACY ROSA FERREIRA
SECRETÁRIA: OLÍVIA ZUCATO JULIANI
MEMBRO: LINDOMAR DE ANDRADE

Artigo 2º - A referida Comissão terá funcionabilidade de 01 (um) mês, a contar da sua assinatura, com proventos fixos mensal de R\$ 351,54 (Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Cinquenta e Quatro Centavos), tendo as seguintes finalidades:

- I – Deslocar-se até o Setor a ser inventariado;
- II – Emitir relatório por Setor dos bens localizados;
- III - Localizar *in loco* o bem e utilizar a seguinte legenda:
L – LOCALIZADO
NL – NÃO LOCALIZADO

N. /